

FILOSOFIA AFRICANA

Por Wilson José Vieira¹

INTRODUÇÃO

A Filosofia foi retirada do Ensino Médio, na época denominado ensino de 2º grau, pela Lei 5.692/1971 em virtude da necessidade de promover mudanças educacionais no país visando instaurar e segurança e o desenvolvimento.

Durante mais de três décadas se lutou pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio e em 2008 ocorreu a criação da Lei que tornou obrigatório o ensino de Filosofia e Sociologia. A referida lei² decorreu de um posicionamento político pedagógico que visava uma formação diferente da implantada durante, principalmente, a ditadura militar na qual se buscava construir um modelo educacional fundamentalmente instrumental em detrimento das humanidades, isto é, o que se buscava era um tipo de educação voltada ao mercado de trabalho e não para a formação do pensamento, da sensibilidade e da reflexão. A inserção da disciplina de Filosofia é fruto de uma longa reivindicação dos educadores e da sociedade brasileira, pois a implementação desta disciplina pressupõe a tendência de se superar uma educação tecnicista e instaurar um espaço privilegiado de reflexão e debate em torno do sentido do saber escolar e das instituições educacionais³.

Muitos são os argumentos utilizados para a implementação da Lei 11.684/08 a em consequência para a legitimação da Filosofia no Ensino Médio. Segundo as Diretrizes Curriculares de Filosofia do Estado do Paraná a disciplina de Filosofia oferece alguns instrumentos conceituais e teóricos fundamentais para a

¹ PhD em Filosofia pela UFPR, Professor de Filosofia no Colégio Estadual do Paraná.

²Lei 11.684 de 02 de junho de 2.008. A lei alterou o artigo 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1.996. Importante ressaltar que caberia as Secretarias de Educação de cada estado medidas para a implementação das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo. No Estado do Paraná as disciplinas de Filosofia e Sociologia foram implementadas segundo a Deliberação 03/08 do Conselho Estadual de Educação que determinava a progressiva introdução das mesmas no Ensino Médio. Em 2009 no mínimo em uma série, 2010 em duas, 2011 nas três séries do Ensino Médio e em 2012 no Curso Técnico.

³ Hoje toda essa construção encontra-se ameaçada pela Base Nacional Curricular Comum que retirou a obrigatoriedade da Filosofia do currículo do Ensino Médio, permitindo que sua aplicação seja decidida nas instâncias estaduais, municipais ou pela escola (N. Ed.).

compreensão da complexidade da sociedade atual, de suas relações de trabalho e do papel de cada um nesse contexto multifacetado (PARANÁ, 2008). A inserção da Filosofia oferece também a possibilidade de outras disciplinas (Química, Física, História, Matemática, etc) repensarem sua própria orientação e o papel que cumprem na formação dos estudantes.

Algumas dificuldades, no entanto, se apresentam quanto à afirmação da Filosofia enquanto disciplina curricular. A não existência de um mercado de trabalho para os docentes de filosofia no ensino médio brasileiro concorreu para as más condições no que tange a qualidade e quantidade da formação pedagógica destes profissionais. A ação docente destes profissionais se choca na falta de tradição de um ensino de Filosofia e tal questão gera dificuldades, tanto pedagógicas quanto organizacionais, para a efetiva consolidação desta disciplina dentro e fora das salas de aula. Enquanto disciplina obrigatória no currículo a Filosofia se insere em um espaço que era preenchido anteriormente por outras disciplinas e que passam a questionar a legitimidade da Filosofia no Ensino Médio. O período de ausência de um espaço curricular legal e legítimo gerou a falta de produção e diversificação de materiais didáticos adequados (linguagem, conteúdo e método). Talvez o aspecto mais nefasto do longo afastamento da Filosofia dos currículos escolares seja o total desconhecimento da maior parte da sociedade das questões e conteúdos filosóficos, ou seja, o desconhecimento gera o não reconhecimento formativo da disciplina para o currículo do Ensino Médio.

Com a obrigatoriedade da Filosofia no currículo escolar uma série de elementos inerentes ao fato de estar *na escola* emergem, principalmente quanto a sua **mediação**. Conforme assinala Horn (2010) trata-se agora de tornar legítima a presença da Filosofia não apenas como mais uma disciplina no currículo e sim como um saber que busca contribuir na formação dos estudantes. O regresso da Filosofia ao Ensino Médio instaura uma série de indagações por parte, principalmente, dos que ministrarão estas aulas e uma das interrogações centrais quanto ao ensino de filosofia diz respeito ao sentido e lugar do texto clássico de filosofia nas aulas de filosofia do Ensino Médio.

Com certeza um dos aspectos centrais e ainda pouco explorado quando se trata do ensino de Filosofia diz respeito ao uso do texto clássico de filosofia. É lugar

comum a ideia de que a leitura e a escrita são aspectos indispensáveis para o exercício da Filosofia, no entanto, como afirma Severino:

“[...] a educação e a aprendizagem desenvolvidas pela mediação do ensino constituem-se como efetivas práticas de leitura e de escrita do mundo por meio da abordagem dos diferentes discursos que a cultura humana pronuncia sobre esse mundo e de sua reelaboração por um discurso pessoal.” (SEVERINO. 2009, p. 71)

Esta ideia, em certo sentido, constitui um consenso entre os que tratam do ensino de Filosofia, as aulas de Filosofia ou o ensino de Filosofia deve passar pela leitura dos textos clássicos de Filosofia. O não consentimento está na forma como o texto será tratado em sala com os estudantes, em sua importância e inserção no contexto da sala de aula, nos critérios na seleção, na **mediação**, etc.

O objetivo deste trabalho é buscar desenvolver algumas questões relativas a Filosofia e Literatura Africana. Importante ressaltar que tais apontamentos foram formulados a partir da disciplina Filosofia e Literatura Africana ministrada pelo Professor Nkolo Foé, da Universidade Normal Superior de Yaoundé I Camarões - África.

Tratar de questões educacionais, aqui no caso Filosofia e Literatura, que envolvem o negro e a educação requer muito empenho e pesquisa, pois segundo Oliveira

[...] Seminários, encontros, congressos, colóquios, fóruns foram progressivamente realizados; concursos, prêmios, festivais incentivam a ação e a reflexão a respeito da temática. Novos movimentos se criam; novos institutos, enfim, uma torrente de novas organizações não governamentais enveredam pela senda da educação afrodescendente. Os projetos multiplicam-se. Os programas educacionais pululam. Surpreendentemente, no entanto, a reflexão a respeito das pedagogias utilizadas é rarefeita. Enquanto se multiplicam as experiências e a reflexão sobre o racismo no Brasil, a reflexão pedagógica e filosófica sobre os conteúdos da história e cultura africana e da cultura e história afro-brasileira é escassa. Ao mesmo tempo em que se criam escolas fundamentadas numa sabedoria de base africana, que levam em conta a experiência singular dos afrodescendentes da Diáspora, a reflexão sobre essas práticas e seu impacto na educação brasileira é pouco explorada. Quando muito se referem à experiência local, regionalizada, não transpondo as fronteiras do experimento para o campo da filosofia da educação no Brasil. (OLIVEIRA. 2007, p. 268).

FILOSOFIA AFRICANA

Em Filosofia explicitar o sentido dos conceitos, das palavras, evitando assim ambiguidades é algo fundamental. Para se falar em uma filosofia específica, particular, no caso Filosofia Africana, é de fundamental importância compreender o contexto, o lugar no qual se coloca o problema.

O que é filosofia? Filosofia, segundo Porta (2007, p. 42-47), é “a consumação plena da racionalidade”, o ponto mais alto que a razão pode atingir. É um discurso racional, que busca pensar com clareza, intersubjetivo e reflexivo. André Comte-Sponville afirma que

[...] o que define a filosofia não são seus objetos, mas o modo pelo qual ela trata deles: uma certa radicalidade aberta do questionamento, a força conceitual, a procura indefinida da racionalidade, a busca de uma explicação primeira ou derradeira, a exigência de verdade, mas sem prova, de universalidade, mas sempre singular, de totalidade, mas sempre a retomar ou a recomeçar [...] É uma prática teórica (discursiva, razoável, conceitual), mas não científica; ela se submete unicamente à razão e à experiência – com exclusão de toda revelação de origem transcendente ou sobrenatural – e visa menos a conhecer do que a pensar ou questionar, menos a aumentar nosso saber do que a refletir sobre aquilo que sabemos ou ignoramos. (COMTE-SPONVILLE 2005, p. 23-24)

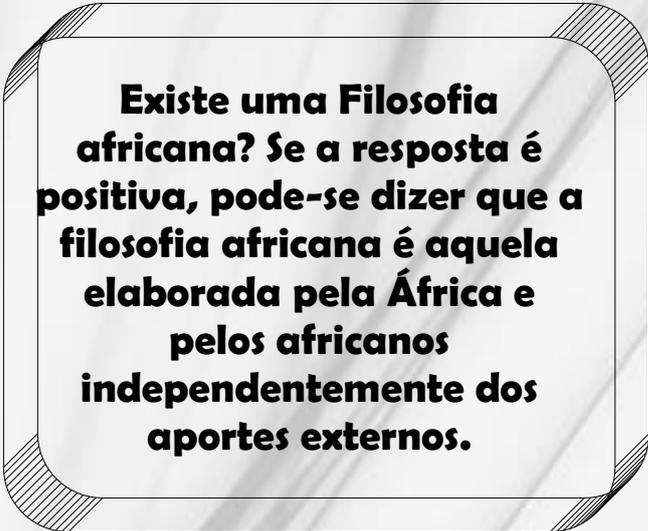
(CHAUÍ, 2003). A contribuição dos gregos é singular, pois não existiram em outras sociedades algumas características que marcaram o desenvolvimento da civilização ocidental. Com os gregos determinadas concepções relativas a realidade, a razão, a linguagem, a ação, as técnicas são completamente diferentes das de outros povos e culturas (CHAUÍ, 2003, p. 23).

Existem diferentes interpretações sobre o nascimento da Filosofia. Uma primeira interpretação, muito criticada, afirma que o nascimento da Filosofia ocorreu como rompimento do pensamento mitológico (REALE & ANTISERI, 2005, V. 1, p. 12). Outra interpretação, mais aceita hoje, declara que a Filosofia estava em germe no mito, ou seja, o pensamento mitológico é a primeira forma encontrada pelos gregos para explicar, responder a determinados problemas e que existia certa racionalidade nas explicações mitológicas (VERNANT, 2001). Em certo momento estas explicações foram perdendo força, por conta de alguns elementos históricos.

Com o surgimento da moeda, a invenção do calendário, o desenvolvimento de novas técnicas e com o aparecimento de uma rica classe de comerciantes que rivaliza e supera a antiga aristocracia agrária, a sociedade grega vai se tornando cidadina ou urbana e a cultura vai se laicizando, as formulações mítico-religiosas vão cedendo o passo a explicações racionais, cujo nome será, afinal, filosofia. (CHAUÍ, 2002, p. 17)

Assim surgiram os primeiros filósofos que buscaram desenvolver explicações racionais (cosmologias) substituindo as antigas explicações mitológicas (cosmogonias), porém estas concepções coexistiam com as explicações antigas, sem superá-las completamente no que tange sua estrutura de racionalidade (VERNANT, 1990, p. 354-5).

A partir do que foi assinalado até o momento como falar em uma “Filosofia Africana”? Existiria, porventura, uma “Filosofia Africana”? Fracalvieri (2007, p. 53) apresenta duas respostas a tal questão, a primeira positiva e de ordem histórica



Existe uma Filosofia africana? Se a resposta é positiva, pode-se dizer que a filosofia africana é aquela elaborada pela África e pelos africanos independentemente dos aportes externos.

por filosofia africana se entende tudo quanto constitui objeto de um debate que dura cerca de 60 anos e que consiste em perguntar justamente se existe ou não tal corrente filosófica. E Essa filosofia – definida como etnofilosofia pelo beninense Paulin Hountondji e pelo camaronês Fabien Eboussi Boulaga – se exprime por meio de formas culturais tais como o mito, as cosmogonias tradicionais, os contos tradicionais e os provérbios. (FRACCALVIERI, 2007, p. 53)

Tal filosofia, segundo a autora, é hoje uma “reflexão hermenêutica”, ou seja, uma “reinterpretação e reativação incessante” da cultura africana e que por sua vez “alimentam a produção filosófica”. A outra resposta é negativa, “não existe especificamente uma filosofia africana. Esta é universal, seja por definição, seja pela essência mesma da natureza humana ou pelo domínio da única filosofia histórica, a do ocidente europeu e norte-americano.” (Idem, p.53)

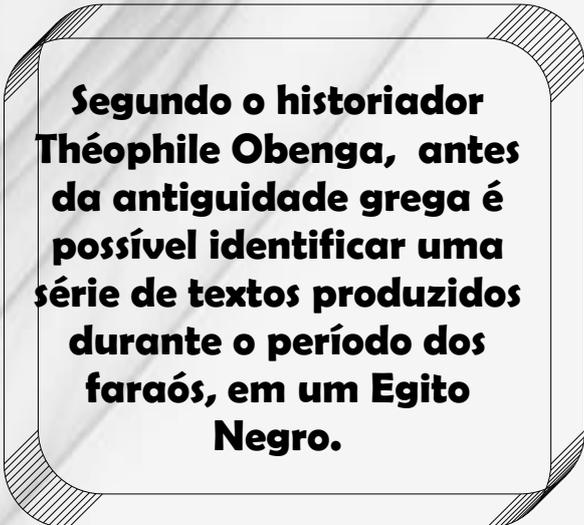
Nos dois casos, considera-se que o importante é o ato do filosofar da mesma forma como se faz em qualquer parte do mundo, com as mesmas exigências, rigor, conceitualização, etc. a filosofia africana é, portanto, aquela elaborada ou produzida pelos africanos e que pode ser reelaborada ou reproduzida por outros povos; ou então, é a filosofia praticada hoje em dia pelos africanos da mesma forma como acontece nos outros países do mundo (FRACCALVIERI, 2007, p. 53)

A questão quanto a existência ou não de uma filosofia africana também está inserida em um contexto de racismo. Para muitos pensadores o homem negro não teria a capacidade de filosofar. Hegel (1770-1831), por exemplo, ao tratar da África subsaariana se refere aos que a habitam como sendo sujeitos sem consciência, sem vontade racional, homens em estado bruto.

O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo devemos esquecer todas as representações européias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano. (HEGEL, 1928, p. 194).

Atualmente tal perspectiva foi superada, pois compreende-se que “os africanos têm uma outra forma de filosofar, uma outra sensibilidade filosófica” (FRACCALVIERI, 2007, p. 55) um modelo filosófico que difere do de outros povos, estabelecem um pensamento filosófico em uma perspectiva antropológica diferente e buscam como outros humanos idênticos aspectos que constituem a humanidade. Assim, compreende-se que em um mundo com múltiplos obstáculos políticos, sociais, econômicos e culturais a filosofia muito pode oferecer na construção de um mundo mais humano.

Brazaville Théophile Obenga na obra “A Filosofia africana do período faraônico” expõe uma série de textos produzidos durante o período dos faraós, em um Egito Negro. Segundo este historiador, filósofo e também para Cheikh Anta Diop,



Segundo o historiador Théophile Obenga, antes da antiguidade grega é possível identificar uma série de textos produzidos durante o período dos faraós, em um Egito Negro.

Théophile Obenga, Maulana Karenga, Molefi Kete Asante e Martin Bernal Fraccalvieri (2007, p. 56 – 59) divide a história da filosofia africana em seis períodos: 1) Período da filosofia etíope e núbica – caracterizado por reflexões éticas. 2) Período da filosofia egípcia faraônica – período marcado pela existência de escolas filosóficas diferentes. 3) Período da filosofia e do pensamento de Alexandria, Cirene, Cartago e Hipona – destacam-se neste período os seguintes filósofos: Arquimede, Plutarco, Aristipo, Origene, Clemente de Alexandria, Lactancio e Agostinho. 4) Período da filosofia magrebina. 5) Período de existência das escolas de diversas escolas filosóficas medievais de Tombouctou – momento marcado pela incorporação do pensamento aristotélico a cultura islâmica. 6) Período da filosofia africana moderna e contemporânea – etapa na qual podemos identificar diferentes correntes filosóficas: culturalista, etnofilosófica, ideológica, hermenêutica, diacrônica, crítica, funcional, pós-moderna, pragmática, pós-colonial e egiptóloga. O que existe em comum em todas estas correntes é o fato de em última análise preconizam a liberdade do negro.

CONCLUSÃO

Leopoldo Zea (1912 - 2004) filósofo mexicano, em seu texto *A Filosofia americana como filosofia* (1993, p. 18) pergunta pela existência de uma filosofia americana e que esta pergunta deriva de um sentimento de diversidade, “do fato de que nos sabemos ou sentimos diferentes. Diferentes do restante dos homens? Não seria isto uma monstruosidade?”

A nenhum grego se lhe ocorreu perguntar-se pela existência de uma filosofia grega, assim como a nenhum latino ou medieval, francês ou inglês ou alemão ocorreu perguntar-se pela existência de sua filosofia; simplesmente pensavam, criavam, ordenavam, separavam, situavam, definiam, isto é, simplesmente filosofavam. Essa estranha filosofia que na América Latina enche de complexos seus próprios criadores e herdeiros. Isto não pode ser filosofar, isto não pode ser filosofia! Dizem para si mesmos. Que espécie de homens somos que não somos capazes de criar um sistema, que não somos capazes de dar origem a um filósofo que se assemelhe a um dos tantos que têm sido e são chaves da história da filosofia? Que espécie de homens somos? (ZEA, 1993, p. 19)

A pergunta feita por Zea quanto a existência de uma filosofia, de um *Verbo*, de um *Logos*, que faz do “homem um homem” é também válida quanto a Filosofia Africana. Negar a existência de um pensar em África significa não aceitar a humanidade dos africanos, considerar o outro como o “não-ser” e desconsiderar em nome de uma razão arrogante a presença de um pensar de outro modo.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. Introdução à História da Filosofia: dos Pré-socráticos a Aristóteles. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COMTE-SPONVILLE, André. Uma educação filosófica e outros artigos. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRACCALVIERI, B. Libertar-se é preciso. *Filosofia, Ciência e Vida*. Ano II, Número 14, p. 52 a 59. 2007.

HORN, G.B.; VALESE R. O sentido e o “lugar” do texto filosófico nas aulas de Filosofia no Ensino Médio. *A Filosofia e seu Ensino – Desafios Emergentes*. In: NOVAIS, J. L. C. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 27-40.

HORN, G.B. Por Uma Mediação Praxiológica do Saber Filosófico No Ensino Médio: Análise e Proposição a Partir da Experiência Paranaense. Tese de doutorado realizado pela FEUSP. São Paulo, 2002.

OLIVEIRA, Eduardo. *Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2006.

PARANÁ. *Diretrizes Curriculares de Filosofia para a Educação Básica*, 2008.

REALE, G.; ANTISERI, D. *História da filosofia: Antiguidade e Idade Média*. São Paulo: Paulus, 2003.

SEVERINO, A. J. A Importância do ler e do escrever no ensino superior. In: CASTANHO, Sérgio & CASTANHO, Maria Eugênia. *Temas e textos em metodologia do ensino superior*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2001.

ZEA, L. *A Filosofia Americana como Filosofia*. Trad. Werner Altmann. São Paulo: Pensieri, 1993.